

---

**Ata n.º 49/XIV/2.ª SL**

Aos nove dias do mês de fevereiro de 2021, pelas quinze horas, na Sala 1 do Palácio de São Bento, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, tendo a seguinte,

**Ordem do Dia:**

**1.ª Parte:**

**Audição do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros a requerimento do Grupo Parlamentar do PS**, na sequência da 44.ª reunião da Comissão Bilateral Permanente entre Portugal e os Estados Unidos da América.

**2.ª Parte:**

**1. Informações gerais**

**2. Distribuição e nomeação do autor do parecer da [Proposta de Resolução n.º 19/XIV/2.ª](#)**

Deputado autor do Parecer: BE

**3. Discussão e votação do Parecer referente à [Proposta de Resolução n.º 19/XIV/2.ª](#)** Aprova o Acordo-Quadro entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a Austrália, por outro, assinado em Manila, em 07 de agosto de 2017

Deputada autora do parecer: Alexandra Vieira (BE)

**4. Apresentação e discussão do [Projeto de Resolução n.º 884/XIV/2.ª \(PEV\)](#)** Recomenda ao Governo que crie as condições necessárias para a ratificação do Tratado de Proibição das Armas Nucleares.

**5. Apresentação e discussão do texto de substituição referente ao [Projeto de Resolução 891/XIV/2 \(PEV\)](#)** Recomenda ao Governo que rejeite um Tratado da Carta da Energia incompatível com os compromissos ambientais e os interesses das populações.

**6. Apresentação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD**, para audição do Ministro de Estado e dos Negócios estrangeiros, sobre o acolhimento pela Áustria e Alemanha, de doentes COVID-19 residentes em Portugal.

## 7. Votação do Plano de Atividades da Comissão para a 2ª. Sessão Legislativa

## 8. Outros assuntos.

Iniciada a reunião, dirigida pelo Presidente da Mesa, Deputado Sérgio Sousa Pinto, começou este por dar as boas vindas a todos os presentes e, em particular, ao Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros. Após sumária explicação acerca da metodologia adotada para esta audição, foi concedida a palavra à Senhora deputada Lara Martinho (PS) que apresentou as motivações do requerimento apresentado pelo seu Grupo Parlamentar.

Seguidamente, interveio o Ministro que salientou a cadência semestral das reuniões e as expetativas geradas pela nova administração norte-americana, oferecendo novas oportunidades de reenquadramento e evolução positiva para a questão das Lajes. A matéria ambiental reveste-se de grande importância, estando identificados cerca de 41 locais potencialmente contaminados, permanecendo em aberto a situação de dez deles, dos quais cinco têm pendentes questões técnicas de fácil resolução. Sublinhou não existir coincidência de pontos de vista entre os pareceres da comissão técnica e o do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) o que motivou já três reuniões técnicas e o agendamento de uma visita conjunta aos locais assinalados. Referiu o Senhor Ministro que apenas serão tomadas decisões após estas iniciativas terem ocorrido.

Na **primeira ronda**, intervieram em representação dos respetivos Grupos Parlamentares, os seguintes Deputados:

**Paulo Moniz (PSD)**, tendo apontado o estado de desatualização do acordo bilateral com os Estados Unidos. Em sede ambiental afirmou que, inexistindo um plano escrutinável, não tem sido possível endereçar o problema como deveria, pois estão em causa questões de saúde pública. Perguntou se o Governo pretende implementar um plano de abordagem para a questão ambiental, e se existe intenção de rever o sobredito Acordo.

Em resposta, o Ministro afirmou que o Acordo existe é suficiente e adequado à resolução dos problemas em aberto e que o LNEC assegurará pela Parte portuguesa elaboração dos estudos respetivos. Relembrou que o pedido de relatório detalhado acerca desta matéria, solicitado pelo Governo Regional dos Açores, irá ser satisfeito.

**Alexandra Viera (BE)** que sublinhou existir um retrocesso na questão das contaminações nomeadamente de aquíferos subterrâneos, devido à infiltração de combustíveis. Perguntou que ações foram tomadas relativamente aos sítios 3001 e 5001; e quais as divergências concretamente subsistentes entre ambas as Partes.

Respondeu o Ministro não ter sido ainda possível fazer coincidir as visões técnicas e a avaliação da situação, por parte das Partes envolvidas. Contrariamente à posição portuguesa, o lado americano afirma que nada mais resta fazer e que o problema está devidamente equacionado e resolvido. Portugal defende a indicação de novos especialistas por parte dos Estados Unidos e uma análise revisória conjunta, no local.

**João Oliveira (PCP)** que perguntou: qual a evolução da situação dos trabalhadores civis da Base das Lajes; na questão ambiental, independentemente da nomeação de novos técnicos, se o Governo prevê a tomada de medidas urgentes; e se o Governo pretende intervir perante a degradação de moradias e equipamentos coletivos ali existentes.

Em resposta, referiu o Ministro apenas poder responder pelas matérias tutelada pelo seu Ministério. Porém, sabe que as questões colocadas à comissão laboral têm vindo a ser sucessivamente resolvidas. Referiu que Portugal toma medidas urgentes sempre que as mesmas se justifiquem \_ como de resto já aconteceu, sendo a Parte americana notificada, havendo lugar a uma avaliação conjunta e posterior assunção das responsabilidades que forem devidas por cada Parte.

**Lara Martinho (PS)** que perguntou: se está prevista a reativação da frota do atlântico e, na afirmativa, qual o seu significado; quais as perspetivas de investimento nos Açores por parte da administração americana, designadamente no digital, na saúde e no turismo; e se existem condições para um maior incremento do comércio bilateral, mormente nos laticínios.

Respondeu o Ministro que a questão da utilização dos Açores está a ser perspetivada tomando a Região como eixo atlântico. A questão da segurança marítima no golfo da Guiné e a presença de uma força naval da EU em permanência está, no contexto atlântico, no topo da agenda. Concomitantemente, recordou que uma das pistas militares da Base foi já reaberta, lembrando que ainda em 2020 foram reativadas as reuniões bilaterais no âmbito da defesa. Nas relações comerciais, recordou que o saldo da balança comercial é amplamente favorável a Portugal.

Transitados para a **segunda ronda**, registou-se a intervenção dos seguintes Deputados: Paulo Moniz (PSD), Carla Sousa (PS), Ilídia Quadrado (PSD), Alexandra Vieira (BE), Paulo Neves (PSD) Paulo Porto (PS), José Cesário (PSD) e Nuno Carvalho (PSD). O Ministro respondeu conjuntamente a um primeiro bloco de cinco questões e, seguidamente, às restantes três.

Terminada a audição, a reunião foi interrompida por breves momentos, tendo sido retomada para a **segunda parte** dos trabalhos.

Assim e no **Ponto 1.**, o Presidente da Mesa informou do seguinte:

- Que amanhã, dia 10, pelas 15h, terá lugar a audição da Plataforma ONGD, sobre a estratégia de cooperação portuguesa, que ocorrerá por videoconferência. O formato adotado é o de Mesa+Coordenadores, podendo participar quem os Senhores Deputados coordenadores indicarem, a fim de que os serviços possam assegurar a remessa da ligação digital.
- A audição do MENE sobre a situação em Moçambique, terá lugar no próximo dia 17, quarta feira, pelas 15 horas, na Sala do Senado e decorrerá à porta fechada.
- A Comissão de Defesa Nacional e Negócios Estrangeiros do Parlamento Helénico propõe realizar uma sessão conjunta com a CNECP na segunda metade do mês fevereiro. A única data disponível, atenta a agenda parlamentar, seria 16 de fevereiro (terça-feira), pelas 15h00. Os serviços irão remeter aos Grupos Parlamentares, ainda hoje, informação detalhada sobre, designadamente, os temas a abordar e a metodologia adotada. Questionou o Presidente sobre se existiam objeções a que os Embaixadores de Portugal em Atenas, e da Grécia em Lisboa, pudessem participar na reunião. Não se registaram quaisquer objeções.

No **Ponto 2.**, ficou indigitada como autora do parecer ali identificado, a Deputada Alexandra Vieira (BE).

Passados ao **Ponto 3.**, foi concedida a palavra à Deputada Alexandra Vieira para apresentação do seu parecer relativo à iniciativa em título.

Não se registaram mais intervenções sobre esta matéria.

Submetido a votação, o parecer foi aprovado com votos favoráveis de PSD, PS, BE e PCP (ausência de CDS-PP).

A discussão da matéria referida no **Ponto 4.** foi adiada para a próxima reunião, a pedido do PS.

No **Ponto 5.** foi concedida a palavra a Deputado José Luis Ferreira (PEV), a fim de proceder à apresentação do texto de substituição da iniciativa à margem identificada, tendo referido nada mais ter a acrescentar relativamente à apresentação do texto original.

Não se registaram quaisquer intervenções dos demais Deputados presentes.

Transitados para o **Ponto 6.**, foi concedida a palavra ao Deputado Nuno Carvalho (PSD) para apresentação do requerimento acima identificado.

Seguidamente, intervieram os Deputados:

**Paulo Pisco (PS)** para manifestar surpresa pela apresentação do requerimento, pois trata-se de matéria que está essencialmente sob tutela da Saúde. Contudo declarou que o PS não iria obstaculizar o pedido.

**João Oliveira (PCP)** que duvidou da utilidade da pretendida audição.

Alexandra Viera (BE) para manifestar, igualmente, o entendimento de que a audição não possui utilidade.

**Nuno Carvalho (PSD)** para rebater o argumento da inutilidade da audição.

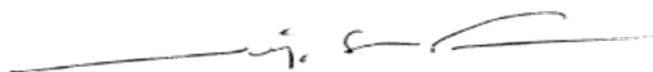
Submetido a votação, o requerimento foi aprovado, como votos a favor do PSD e abstenção de PS, BE e PCP (ausência do CDS-PP).

No **Ponto 7.**, procedeu-se à votação do Plano de atividades da comissão para a corrente Sessão Legislativa. Verificada a conformidade da correção pontualmente efetuada no projeto apreciado na última reunião, foi o mesmo aprovado com votos favoráveis de PSD, PS, BE e PCP (ausência do CDS-PP).

Nada mais havendo a registar, a reunião encerrou pelas dezassete horas, existindo registo áudio da [primeira](#) e da [segunda](#) partes da mesma, assim se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 9 de fevereiro de 2021.

O Presidente da Comissão



(Sérgio Sousa Pinto)

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandra Vieira  
Ascenso Simões  
Bacelar de Vasconcelos  
Carla Sousa  
Carlos Alberto Gonçalves  
Catarina Rocha Ferreira  
Edite Estrela  
Eduardo Teixeira  
Ilídia Quadrado  
Isabel Meireles  
João Oliveira  
José Cesário  
José Mendes  
Lara Martinho  
Nuno Miguel Carvalho  
Paulo Neves  
Paulo Pisco  
Paulo Porto  
Pedro Filipe Soares  
Sérgio Sousa Pinto  
Susana Correia  
Telmo Correia  
André Neves  
António Maló de Abreu  
Carla Madureira  
Cristina Jesus  
Isabel Oneto  
José Luís Ferreira  
Olavo Câmara  
Paulo Moniz  
Pedro Roque  
Romualda Fernandes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Nada a registar.

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Nada a registar.

**A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão ocorrida em 4 de março de 2021.**